

**Sr. Subsecretário-Adjunto,**

Trata-se de procedimento contratação direta, com fulcro no art. 74, II, da Lei 14.133 de 2021, da artista musical **ALULU PARANHOS**, por intermédio da empresa **LUIZA PARANHOS DOS SANTOS 18132587758**, CNPJ nº 48.178.258/0001-09, de acordo com declaração de exclusividade nacional (peça nº 10), para apresentação de serviços performáticos com o projeto **“ALULU CONVIDA FORRÓ DE PIPE”** para a realização de 1 Pocket Show no dia **26 de junho de 2024, das 12h às 14h**, nas dependências deste Tribunal de Contas, sob coordenação da Diretoria-Geral de Relações Institucionais e Comunicação (DRC), na forma descrita no Termo de Referência (peça nº 16) e na Proposta Comercial (peça nº 9).

A demanda se iniciou aos 19.04.2024, por meio da SIE DRC0176/2024, na qual se solicitou a contratação da cantora Alulu Paranhos e banda, como parte da atividade cultural Música no Jardim, coordenada pelo Núcleo de Projetos Culturais da Diretoria-Geral de Relações Institucionais e de Comunicação (DRC), visando a proporcionar um intervalo cultural aos servidores.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, e efetuada a análise pela **CLC** do Termo de Referência e demais documentos necessários, aquela Coordenadoria, em sua instrução datada de 16.05.24, considerou que:

✓ O custo total da contratação é de **R\$3.000,00 (três mil reais)**, conforme proposta comercial encaminhada pela empresa, inserida no Anexo A do TR (peça nº 15);

✓ O preço ofertado foi justificado com a juntada aos autos de notas fiscais de objeto semelhante, emitida para outros contratantes privados, expedidas em 2023 e 2024, com a finalidade de demonstrar que o valor ofertado é condizente com o que a empresa pratica na execução de objeto similar (Anexo B do TR - peças nºs. 12 a 14);

✓ Elaborado a Proposta Detalhe nº 037/2024, anexada na peça nº 4, devidamente assinada pelo representante legal da empresa representante da artista;

✓ A **empresa possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peças nºs. 1 e 2), devendo as certidões serem revalidadas em momento oportuno;

✓ Concernente à prova de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na dicção do § 2º do art. 68 da Lei Federal n. 14.133/2021 c/c Lei Complementar Federal n. 123/2006 combinada com o inciso III do art. 108 da Resolução CGSN n. 140, de 22/05/2018<sup>1</sup>, vê-se que ao MEI é dispensada a apresentação do CRF, caso não contrate empregado. Nesse sentido, para a pretensa contratação, foi verificado na Declaração Anual do SIMEI do Simples Nacional que a empresa não possui empregado (fls. 5 e 6 da peça nº 2):

Nos termos do artigo 72, inciso III, c/c art. 53, § 4º ambos da Lei Federal nº 14.133/21, a douta **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT** examinou o presente, em 21.05.24 e 27.05.24, e **opinou pela aprovação da contratação direta**, conforme pareceres, cujos excertos estão dispostos a seguir:

“(…)

*Verifico que o presente administrativo foi inaugurado aos 26/04/2024 pela SIE DRC0176/2024, acompanhada da requisição do objeto e do TR, no qual se verifica, no item 4.1, que ALULU PARANHOS possui reconhecimento profissional, com diversas matérias destacando sua participação em eventos diversos, o que se concretiza no anexo 9, onde se infere que participou de diversos eventos, preenchendo os requisitos da consagração pela opinião pública ou crítica especializada.*

*A presente hipótese enquadra-se, portanto, no inciso II art. 74 da Lei nº 14133/2021, por se tratar de contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada, a ser contratada por empresário exclusivo,*

<sup>1</sup> Art. 108. **O MEI que não contratar empregado** na forma prevista no art. 105 **fica dispensado**:

I - de prestar a informação prevista no inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991, no que se refere à remuneração paga ou creditada decorrente do seu trabalho, salvo se presentes outras hipóteses de obrigatoriedade de prestação de informações, na forma estabelecida pela RFB; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 13, inciso I)

II - de apresentar a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 13, inciso II)

III - de declarar à Caixa Econômica Federal a ausência de fato gerador para fins de emissão da Certidão de Regularidade Fiscal perante o FGTS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 13, inciso III)

como se infere do anexo D (peça nº 10), restando devidamente justificado o preço (peças nº 12 a 14).

Por todo o exposto, e **uma vez feita a análise prévia a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14133/2021**, verificado o preenchimento dos requisitos pertinentes a que se refere o art. 72 do mesmo diploma legal, **nada oponho à contratação direta em questão, restando aprovada a minuta da Proposta-Detalhe nº 37/2024 constante na peça nº 4 e demais anexos**". (grifei)  
(...).

**"Estou de acordo com o parecer do i. Procurador Dr. Eduardo Azeredo Rodrigues, que conclui pela regularidade da contratação direta, nos termos do art. 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021"**. (grifei)

À vista disso, considerando o informado pela CLC na peça nº 17, a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria Geral deste Tribunal, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CPG para emissão de empenho em favor da favorecida e posteriormente à CGA.

**Alexandre Tenorio Rocha**  
**Assessor**  
**Matrícula 02/3839**



**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução  
Orçamentária – CPG,**

Considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **DESPESA NÃO TIPIFICADA.**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria deste Tribunal **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f” e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, encaminho os autos a essa r. Coordenadoria, para a emissão de nota de empenho, à conta do exercício financeiro em curso, do seguinte fornecedor e respectivo valor:

Fornecedor	CNPJ	Preço Global R\$
LUIZA PARANHOS DOS SANTOS 18132587758	48.178.258/0001-09	3.000,00

Posteriormente, solicitamos o envio à **CGA**, **recomendendo que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação**, e demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade da Proposta Detalhe e da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da emissão da referida nota de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

**Luiz Carlos de Jesus Silva**  
**SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO**  
**Matrícula 02/4265**